



Este é The Legal Beat, um boletim informativo semanal sobre direito musical de Painel publicitário profissionaloferecendo a você uma lista completa de novos casos importantes, decisões importantes e todas as coisas divertidas intermediárias.

Esta semana: Drake processa o Universal Music Group por difamação sobre a faixa dissimulada de Kendrick Lamar, “Not Like Us”; a Suprema Corte mantém a proibição do TikTok, mas o presidente Donald Trump diz que vai adiá-la; Nelly exige punição por um processo “frívolo” Gramática do [país](#); e muito mais.

O que você vai ler:



- [A GRANDE HISTÓRIA: Drake v. UMG](#)
- [A OUTRA GRANDE HISTÓRIA: Banimento do TikTok](#)
- [Outras histórias importantes...](#)

A GRANDE HISTÓRIA: Drake v. UMG

Dois meses depois de Drake chocar a indústria musical com ações judiciais sugerindo que ele poderia entrar com uma ação judicial por causa de “Not Like Us”, de Kendrick Lamar, o rapper superstar fez exatamente isso - aparentemente não se deixando influenciar pelo ridículo público de ter contratado advogados durante uma briga de rap.

Em um caso aberto no tribunal federal de Manhattan, Drake acusou o Universal Music Group de difamá-lo ao promover a música de Lamar - uma faixa brutal e dissimulada que acusou Drake de ser um “pedófilo certificado” e se tornou um hit no topo das paradas por si só. A estrela afirmou que sua própria gravadora “fez uma campanha contra ele”, impulsionando uma “narrativa falsa e maliciosa”, mesmo sabendo que era falsa.

“A UMG procurou intencionalmente transformar Drake em um pária, alvo de assédio ou pior”, escreveram os advogados da estrela. “A UMG fez isso não porque acredita que qualquer uma dessas afirmações falsas seja verdadeira, mas porque lucraria com os danos à reputação de Drake.”

Drake pode realmente processar por causa de uma faixa dissimulada? Embora o termo “calúnia” seja muito utilizado hoje em dia, a difamação legal real é muito difícil de provar na



América. Drake precisaria mostrar que as declarações de Lamar eram comprovadamente falsas - uma tarefa complicada em um contexto lírico onde os ouvintes esperam ostentações bombásticas e exageros óbvios.

“O público... tem que acreditar que o orador está falando sério, e não apenas lançando insultos em uma briga”, disse-me Dori Hanswirth, uma antiga advogada de direito da mídia, no ano passado. “Se as declarações não forem interpretadas literalmente, então são uma hipérbole retórica e não são consideradas difamatórias. O contexto dessa disputa de rancor, música por música, tende a apoiar a ideia de que isso é retórico e uma forma criativa de brigar com um rival.”

Esse é essencialmente o mesmo argumento que a UMG apresentou quando respondeu ao processo “ilógico” de Drake: que todas as partes envolvidas em brigas de rap, do artista às gravadoras e aos fãs, sempre souberam que tudo faz parte de um jogo - até agora.

“Ao longo de sua carreira, Drake usou intencionalmente e com sucesso a UMG para distribuir sua música e poesia para se envolver em ‘batalhas de rap’ convencionalmente escandalosas para expressar seus sentimentos sobre outros artistas”, escreveu a UMG em sua resposta. “Ele agora busca transformar o processo legal em uma arma para silenciar a expressão criativa de um artista e buscar indenização da UMG pela distribuição da música desse artista.”

Para saber mais, leia toda a nossa história sobre o processo, apresentando uma análise detalhada das alegações e um link para a reclamação completa de Drake.

A OUTRA GRANDE HISTÓRIA: Banimento do TikTok

A montanha-russa TikTok continua. Depois que a Suprema Corte dos EUA confirmou uma lei federal que proíbe efetivamente o TikTok por questões de [segurança](#) nacional, o recém-empossado presidente **Donald Trump** rapidamente alegou ter atrasado a proibição - uma medida que restaurou o aplicativo para os usuários, mas deixou muitas incertezas.

Em uma decisão unânime na sexta-feira, o tribunal superior disse que a lei - prevista para entrar em vigor no domingo (19 de janeiro) - era um jogo justo porque o governo dos EUA tem temores válidos sobre o controle da China sobre o TikTok, um serviço com 170 milhões de usuários americanos que tornou-se uma ferramenta promocional fundamental para a



indústria musical.

Como resultado dessa decisão, o TikTok foi temporariamente desativado para os usuários no sábado e desapareceu das lojas de aplicativos do Google e da Apple. O serviço foi restaurado no domingo, depois que Trump anunciou que estava planejando uma ordem executiva para adiar a proibição.

Numa ordem emitida na segunda-feira (20 de janeiro), Trump (que já liderou a acusação contra o TikTok, mas depois reverteu o curso) instruiu seu procurador-geral a não aplicar a proibição por 75 dias para dar tempo à sua administração para “determinar o curso apropriado a seguir”. “ Trump já havia dito que iria “negociar uma resolução”, potencialmente para uma empresa americana comprar o TikTok – o objetivo explícito da proibição.

A ação de Trump foi uma vitória para o TikTok e seus muitos fãs nos EUA, mas levanta questões jurídicas difíceis.

De acordo com a separação de poderes prevista na Constituição, o presidente não pode ignorar completamente as leis aprovadas pelo Congresso. Na prática, as prioridades de aplicação podem por vezes ser um pouco discricionárias – como acontece com as leis federais sobre drogas em estados que legalizaram a cannabis – mas será que essa margem de manobra se estende à recusa categorizada de aplicar uma lei de segurança nacional? A lei TikTok contém uma disposição que permite um atraso de 90 dias se uma venda for iminente, mas não está claro se a ordem de Trump desencadeou essa opção, ou se ele era legalmente elegível para fazê-lo.

Por enquanto, essa incerteza deixou as coisas no limbo. As garantias de Trump dissiparam claramente os receios, mas a aplicação continua indisponível para download nas lojas de aplicações – provavelmente porque a lei ameaça enormes sanções financeiras contra prestadores de serviços como a Google e a Apple que violem a proibição.

O que acontece a seguir? Uma ação judicial desafiando a ordem executiva de Trump? Um ato do Congresso para revogar a proibição? Uma venda do TikTok para uma empresa americana? Fique atento...

Outras histórias importantes...



NELLY NÃO ESTÁ JOGANDO - Nelly (Cornell Haynes) pediu a um juiz que emitisse sanções legais em uma ação de direitos autorais movida por seu ex-colega de banda do St. Lunatics, Ali, sobre o álbum de estreia de Nelly em 2000 *Gramática do país*. O caso afirma que Nelly não pagou Ali, seu ex-colega de banda do St. Lunatics, por seu trabalho no álbum, mas os advogados da estrela argumentaram nos novos processos que essas alegações de décadas são tão “frívolas” que Ali e seus advogados devem enfrentar penalidades por apresentá-las: “Em primeiro lugar, as reivindicações do autor nunca deveriam ter sido apresentadas”, escreveram os advogados de Nelly.

“SE APROVEITOU MUITO” - Os advogados de Sean “Diddy” Combs argumentaram em novos processos judiciais que as principais provas divulgadas pelos procuradores - vídeos das alegadas partes “enlouquecidas” no centro do caso - mostram apenas sexo consensual e “minam fundamentalmente” as acusações contra ele. Longe das “relatórios sensacionalistas da mídia”, escreveram os advogados de Diddy, os vídeos em questão mostram “inequivocamente” que a suposta vítima “não apenas consentiu, mas se divertiu bastante”.

PROCESSO CORPO A CORPO DE GINÁSTICA - Tekashi 6ix9ine (Daniel Hernandez) entrou com uma ação judicial contra a LA Fitness, alegando que a [rede](#) de academias é legalmente responsável por um “agressão violento” em 2023, no qual ele foi atacado na sauna de uma das localidades da empresa no sul da Flórida - e deve a ele pelo menos US\$ 1 milhão em indenização por seus problemas. O processo alegou que os agressores eram membros da gangue criminosa Latin Kings e que a LA Fitness deveria ter tomado medidas para impedir a entrada de “afiliados de gangues violentas” e pessoas com “propensões agressivas e perigosas”.